



TRT-RJ
500 Questões gabaritadas
Conhecimentos Gerais - Analista e Técnico

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	67

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	33

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

SUMÁRIO



1. FCC - 2024

Poema arcaico II

Não faço versos porque quero
mas porque o tempo dos relógios me confunde
e a Insânia dos ventos me atormenta
Não sei de onde vêm
os versos que faço
chegados na chuva
trazidos no vento
Eles me caçam
me acham versos
vadios versos gastos
passados de mão em mão
nos tempos de todos os tempos
nas cores de canções
nas rodas de verões
versos já ditos escritos repisados
por multidão de tresloucados
poetas em suas horas incautas
versos antigos, arcaicos
perdidos na contramão das estradas
versos mortos que renascem
nas minhas mãos.

(CÉSAR, Ana Maria. Disponível em: <http://domingocomposia.com.br>)

Considerando o sentido do prefixo “re-”, apresenta a mesma estrutura de repisados a seguinte palavra:

- (A) ressuscitar.
- (B) regredir.
- (C) redobrar.
- (D) receio.
- (E) recreio.

**1. FCC - 2024**

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

l	peso (kg)	f_i
1	40 ┆ 44	11
2	44 ┆ 48	5
3	48 ┆ 52	3
4	52 ┆ 56	8
5	56 ┆ 60	12
6	60 ┆ 64	1
7	64 ┆ 68	9
8	68 ┆ 72	6
9	72 ┆ 76	10
10	76 ┆ 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

- (A) 58 kg.
- (B) 64 kg.
- (C) 56,4 kg.
- (D) 60,6 kg.
- (E) 70 kg.

2. FCC - 2022

Os empregados de uma determinada empresa recebem salários cujo desvio-padrão é R\$ 200,00. O Departamento financeiro anuncia uma alteração na política salarial, concedendo um reajuste de 5% nos salários de todos. O valor do desvio-padrão dos salários reajustados, em reais, é

- (A) 210,00
- (B) 200,00
- (C) 205,00
- (D) 100,00
- (E) 105,00

**1.(2025)**

De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, a atuação estratégica dos órgãos do Poder Judiciário em ações judiciais ambientais deve priorizar:

- (A) O princípio da economicidade.
- (B) A celeridade processual.
- (C) A proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente.
- (D) A primazia do interesse privado sobre o público.
- (E) A redução dos custos operacionais do Judiciário.

2.(2025)

A Resolução CNJ nº 550/2024 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS). Esse documento deve ser publicado e encaminhado ao CNJ até qual data do ano subsequente?

- (A) 31 de dezembro.
- (B) 30 de abril.
- (C) 28 de fevereiro.
- (D) 1º de julho.
- (E) 31 de janeiro.

3.(2025)

No que se refere à diversidade, inclusão social e equidade, a Resolução CNJ nº 550/2024 determina que os órgãos do Poder Judiciário devem:

- (A) Criar regras próprias sem necessidade de observar normativos do CNJ.
- (B) Atuar apenas em casos de demandas judiciais específicas sobre o tema.
- (C) Seguir os normativos específicos do CNJ que tratam dessas temáticas.
- (D) Priorizar apenas a equidade de gênero, excluindo outras questões.
- (E) Implementar medidas voluntárias sem necessidade de regulamentação.

4.(2025)

Sobre os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), a Resolução CNJ nº 550/2024 prevê que:

- (A) Cada órgão selecionará os indicadores sem necessidade de seguir diretrizes mínimas.
- (B) Os indicadores servirão para avaliar o desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural.
- (C) Somente os Tribunais Superiores precisarão monitorar os indicadores de desempenho.
- (D) A coleta de dados será realizada exclusivamente pelo CNJ, sem necessidade de participação dos órgãos.
- (E) Os indicadores não precisam ser divulgados ao público.



1. FCC - 2021

A pesquisa genética foi regulamentada pela Lei Federal no 11.105/2005, a qual foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado (ADPF 3510). No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a proteção aos recursos genéticos está prevista nos seguintes documentos:

- (A) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.
- (B) Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e Convenção sobre a Diversidade Biológica.
- (C) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Diversidade Biológica.
- (D) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.
- (E) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

2. FCC - 2024

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no exercício desses direitos, em um prazo de:

- (A) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
- (B) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
- (C) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
- (D) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
- (E) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.



1. FCC - 2022

Trabalhando em condições normais de funcionamento e configuração de rede de comunicação, um Assistente percebeu que não podia acessar do computador de sua casa, pela internet, algumas páginas exclusivas do órgão público em que trabalha, por serem propositalmente bloqueadas para uso externo (acesso que ele normalmente realiza quando utiliza os computadores do órgão público). Por questões de política organizacional, essa exclusividade se deve ao fato de a organização limitar o acesso a estas páginas

- (A) ao público não funcionário da organização.
- (B) a quem tem computador do tipo servidor de arquivos.
- (C) à intranet corporativa.
- (D) aos modems com wi-fi corporativo.
- (E) aos diretores da organização.

2. FCC - 2022

Ao instalar meios físicos de transmissão de dados na sua organização, um Técnico levantou as características corretas de alguns deles, como

- (A) cabo coaxial PLC, com banda até 200 MHz.km.
- (B) fibra óptica multimodo degrau, com banda até 200 GHz.km.
- (C) led multimodo gradual, com banda até 500 GHz.km.
- (D) cabo blueband PFC, com banda até 1 MHz.km.
- (E) fibra óptica monomodo, com banda até 100 GHz.km.

3. FCC - 2024

Buscando agilidade no uso dos navegadores web como Google Chrome e Firefox, instalados e funcionando em condições ideais, uma servidora pública pressionou a combinação de teclas Ctrl + J para

- (A) abrir a página de *downloads*.
- (B) abrir a ferramenta de busca na página.
- (C) abrir uma nova aba em branco.
- (D) adicionar a página atual aos favoritos.
- (E) altemar para a próxima aba.

4. FCC - 2023

Em condições ideais, para buscar na internet, usando o mecanismo de busca do Google Chrome, as ocorrências da expressão gás natural, exclusivamente no site *novo.copergas.com.br*, utiliza-se a instrução

- (A) *insite:novo.copergas.com.br gás natural*
- (B) *site:novo.copergas.com.br content:gás natural*



1. FCC - 2024

O regime jurídico administrativo reúne um conjunto de normas e princípios que disciplinam prerrogativas e obrigações para a Administração Pública, no exercício regular de suas funções, contemplando

- (A) a possibilidade de alteração unilateral de contratos, mediante reequilíbrio econômico-financeiro nos casos em que operar desequilíbrio da equação financeira inicial do contrato.
- (B) a ausência de dever de indenizar ou remunerar a contratada no caso de rescisão contratual por culpa da Administração.
- (C) o dever de remunerar e ressarcir a contratada, no caso de rescisão contratual antecipada, independentemente de culpa, por todos os investimentos realizados.
- (D) a faculdade de motivar seus atos, dada a presunção de sua atuação conforme a lei.
- (E) o dever de autorizar as licenças e os afastamentos de seus servidores efetivos, mas não dos empregados celetistas.

2. FCC - 2024

A exigência de que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas pela boa-fé, lealdade e probidade representa o princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) eficiência.
- (C) legalidade abstrata.
- (D) moralidade.
- (E) eficácia.

3. FCC - 2023

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age licitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.